



Mapeando o nível local: bases sociais e padrões de votação dos partidos políticos nas prefeituras paulistas (1996 – 2016)

Jean Lucas Macedo Fernandes¹

Maria Vitória de Almeida²

Marcela Cardoso Machado de Campos³

GT 22: Partidos e sistemas partidários

Trabalho a ser apresentado no
42º Encontro Anual de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Caxambu, 2018

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP-Unicamp) e membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma instituição (Polbras-CESOP/Unicamp).

²Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP-Unicamp) e membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma instituição (Polbras-CESOP/Unicamp) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia Eleitoral (GEPEGE/Unicamp). Bolsista CNPq.

³Bacharela em Geografia pelo Instituto de Geociências da UNICAMP e membro do Grupo de Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território (GEOGET) e bolsista pela Fapesp.

Introdução

Nas últimas décadas, diversas pesquisas vêm se dedicando a investigar e compreender a política municipal brasileira, em suas múltiplas dimensões (Rocha e Kerbauy, 2014). A literatura identificou uma série de transformações estruturais nos municípios, como avanços nos processos de urbanização, profissionalização de quadros burocráticos municipais e reconfiguração de elites políticas, trazendo uma nova dinâmica ao poder local (Brandão e Macedo, 2007, Kerbauy, 2000; Marengo, 2013; Vasquez, 2016). Este trabalho destaca a importância dos estudos sobre política local, no que se refere às relações estabelecidas entre partidos, políticos e eleitores. Afinal, a esfera municipal é o *locus* onde os indivíduos desempenham suas atividades, se relacionam socialmente e vivenciam as situações do cotidiano (Teixeira, 2000; Canclini, 2002; Fernandes, 2017a).

O funcionamento do sistema partidário local é fundamental para a compreensão da dinâmica política brasileira (Brasileiro, 1973). Braga e Rodrigues-Silveira (2012) destacam a necessidade de estudos que examinem as realidades locais, para assim aprofundarmos o entendimento acerca do desempenho dos partidos. Segundo os autores, existem grandes lacunas a preencher, no que diz respeito à organização e ao funcionamento dos partidos nas cidades. Trata-se de uma linha investigativa importante, visto que os contextos locais são arenas que estão conectadas com o funcionamento e a organização do sistema partidário, nos âmbitos nacional e estadual (Cox, 1997; Almeida e Carneiro, 2008). A atividade político-eleitoral acontece, em grande medida, no nível local – a maioria dos representantes eleitos é dos municípios, por exemplo.

Diante dessas considerações, o objetivo geral do trabalho é investigar os perfis de municípios que acolhem os partidos políticos nas cidades paulistas, com enfoque nas eleições para as prefeituras. No período pós-regime militar, sobretudo a partir do retorno ao pluripartidarismo (Lei nº 6767/79), o caso de São Paulo se torna elucidativo da representação político-partidária brasileira. O estado tem como importante característica geopolítica a interação de todas as legendas partidárias atuais. Num contexto de alta competitividade eleitoral essas agremiações apresentam formas organizacionais e estratégias distintas no território paulista (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Fernandes, 2017b; 2017c).

Com relação aos objetivos específicos, trataremos a partir de dois eixos: *o organizacional e o representativo*. No eixo organizacional, procura-se analisar as

estratégias das agremiações para o lançamento de candidatos, entendendo-o como uma *proxy* importante para observar a organização local e a continuidade do partido no poder. Ou seja, o enfoque recai sobre o momento pré-eleitoral. A literatura aponta que os partidos tendem a buscar apoio em todo o território do país, visando conquistar ampliar o espaço de representação política (Caramani, 2003). Segundo Caramani (2003), os partidos conseguem se adaptar a novas condições sociais e econômicas, deixando cada vez mais fluída a competição entre as agremiações. Nota-se, também, que para mobilizar eleitores dos municípios mais distantes e periféricos, os partidos precisam construir redes de organizações nacionais e locais (Marengo, 2013). Já no eixo representativo, propõe-se a investigação dos padrões de votação – ou seja, a dinâmica pós-eleitoral - e de características sociodemográficas das bases partidárias.

Os pressupostos teóricos deste estudo são de que o contexto geográfico produz efeitos sobre a organização político partidária. Nesse sentido, argumentamos que as características socioeconômicas dos municípios estão vinculadas ao lançamento de candidatos e desempenho eleitoral dos partidos políticos. Há uma ampla tradição nas pesquisas que analisam a influência do contexto geográfico no comportamento político dos atores, para este estudo destacamos a abordagem da geografia eleitoral. A análise do contexto geográfico pressupõe que o comportamento político e o funcionamento das instituições são inevitavelmente influenciados pela mudança da configuração sociogeográfica do território (Agnew, 1996; Key, 1949). O desempenho prático das instituições está associado ao contexto geográfico, neste sentido, explicar o sucesso ou a derrocada de determinadas instituições está, em grande medida, vinculada com o contexto geográfico e social no qual essa se encontra.

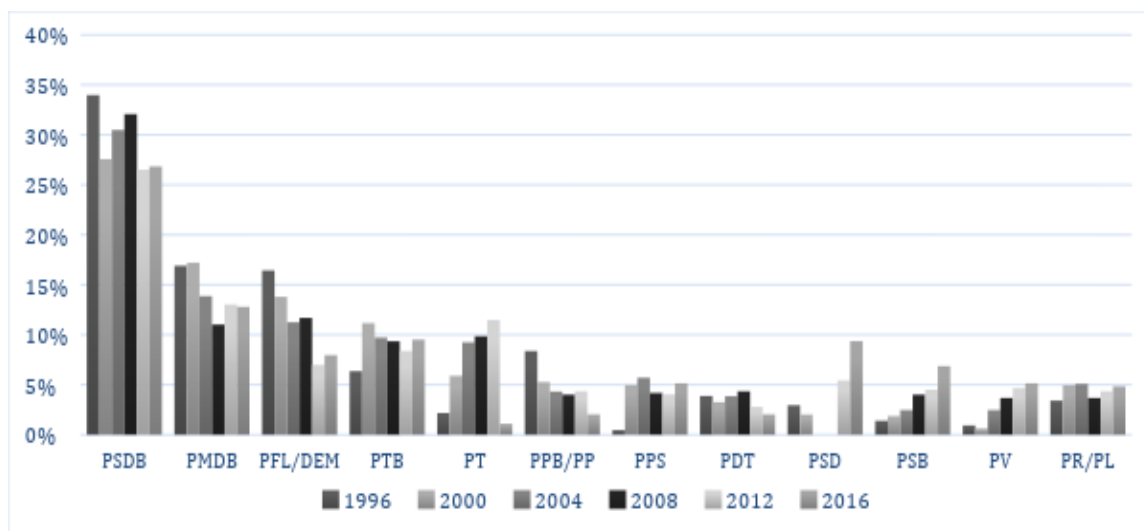
Ressaltando a importância do contexto geográfico, Agnew (1996) destaca que a estabilidade das preferências do eleitorado e o sucesso de alguns partidos nas eleições a podem estar mascarando mudanças importantes nas localidades. As mudanças que ocorrem no nível local tendem, em algum momento, a produzir impacto nos demais níveis da federação. A partir da abordagem da geografia eleitoral, destacamos que neste estudo o município deixa de ser simplesmente uma categoria geográfica e espacial para adquirir outros significados, a partir de sua dimensão e experiência política dos cidadãos (Caramani, 2002). No nível municipal, os partidos têm vários desafios para lançar candidaturas competitivas, como: as elites locais (Kerbaux, 2000), as clivagens sociais (Lipset e Rokkan, 1967) e a organização dos partidos no território (Marengo, 2013).

Se observarmos o caso do estado de São Paulo, notamos uma série de semelhanças com o estudo de Avelar e Walter (2008). Como podemos observar no gráfico 1, nota-se que os partidos mais presentes e que conquistam mais prefeituras nos municípios do estado de São Paulo são: o Democratas (DEM), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Progressista (PP), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), seguido pelo MDB são partidos que conseguem adentrar aos municípios, vencendo um número expressivo de candidaturas ao longo dos ciclos eleitorais (ver gráfico I). Por exemplo, dos 645 municípios do estado de São Paulo o PSDB conseguiu conquistar 34% dos municípios na eleição de 1996, mantendo essa taxa elevada até 2016, pleito no qual elegeu prefeitos em 27% dos municípios. Temos em seguida o MDB que em 1996 elegeu prefeitos em 17% dos municípios e no ano de 2016 conquistou 13% dos municípios. Outro ponto destacado pelo gráfico I é a queda do número de prefeituras conquistadas pelo PT em 2016, eleição na qual o partido obteve somente um por cento de prefeitos eleitos no estado. Destaca-se, então, que a crise política nacional vivida pelo PT e a sua consequente perda de popularidade afetaram de maneira expressiva seu desempenho nas eleições paulistas (Fernandes, 2017b).

A partir dos dados do gráfico 1, esta pesquisa seleciona os partidos que alcançaram a média superior a 5% de prefeituras conquistadas ao longo do tempo, ou seja, que mais conseguem eleger candidatos no estado de São Paulo, de modo a compararmos suas características no tempo e no espaço. São eles: DEM, MDB, PP, PSDB, PT e PTB. Essas agremiações possuem longa trajetória no sistema partidário, tanto nacionalmente quanto em São Paulo (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Além disso, essas legendas cobrem todo o espectro ideológico, fornecendo-nos um panorama das organizações tanto à esquerda quanto à direita. De acordo com Power e Zucco Jr. (2011), à esquerda, temos o PT; no centro e centro-direita, MDB e PSDB; à direita, DEM, PP e PTB.

Isso posto, a hipótese principal é a de que é possível estabelecer diferenças entre as estratégias organizacionais dos partidos nos municípios do estado, a depender de seus posicionamentos sociodemográficos, em cada região. Acreditamos que as estratégias partidárias passam tanto pela concentração quanto pela difusão do apoio político. Os padrões de organização e representação dos partidos se estabelecem a partir dos diferentes perfis de municípios, independente se estão próximos geograficamente ou não.

Gráfico 1: Prefeituras conquistadas pelos partidos políticos no estado de São Paulo em porcentagem (1996 – 2016)



Fonte: Elaborado pelos autores. TSE – Repositório dos dados eleitorais. *Considerados como partidos menores por não alcançarem a porcentagem superior a 1% de prefeituras conquistadas: PSC, PRB, PCdoB, PMN, PTdoB, PRP, PSL, PTC, PHS, PRTB, PPL, PTN, PSDC, PSOL, PST, REDE, SD e PROS.

O texto encontra-se estruturado em três partes, além desta introdução. A seguir, faremos um levantamento das discussões bibliográficas em torno da política local e da dispersão partidária pelo território. Levaremos em consideração tanto a dinâmica organizacional quanto a representação política nas democracias contemporâneas. Na sequência, as análises dos dados nos permitirão aprofundar os argumentos apresentados, elucidando-os a partir do caso paulista. Por fim, uma conclusão sintetiza os achados da pesquisa e aponta novas interpretações para a realidade local no Brasil.

Política local, seus desafios e suas conexões

A compreensão da organização de um sistema partidário nacional envolve diferentes problemas de coordenação. Os resultados eleitorais dependem tanto da dinâmica das instituições quanto de estratégias dos atores políticos individuais (Cox, 1997). Nos municípios brasileiros, o prefeito é a figura central do processo político e administrativo (Loyola e Brasileiro, 1975; Teixeira, 2000), pois este concentra as principais atribuições executivas e administrativas, sendo o responsável último pela arrecadação da receita e alocação dos recursos. Pode-se afirmar que os poderes legais vinculados ao seu cargo, o contato direto com a comunidade e a autonomia que lhe é atribuída permitem ao prefeito situar-se em posição chave de domínio da decisão. Sendo

assim, é fundamental investigar a interação que os prefeitos estabelecem com as agremiações políticas e os contextos locais.

A política local é um tema vasto e plural, que possibilita um olhar analítico mais preciso sobre os fenômenos políticos e sociais. Ao tratarmos de governos e dinâmicas locais, estamos nos remetendo, de modo geral, ao funcionamento das cidades e suas relações com as demais esferas governamentais. As cidades são melhor apreendidas se concebidas enquanto atores sociais e políticos, na medida em que realizam articulações entre sociedade civil e instituições políticas, assumindo, assim, responsabilidades perante os cidadãos e as diferentes instâncias do Estado (Castells e Borja, 1996). Nesse sentido, o contexto local está integrado a contextos e lugares mais amplos, como os estados e a União, e é um componente importante para se compreender os processos que ocorrem na política nacional (Trounstone, 2009).

O lugar secundário ocupado pela política local, em favor dos estudos sobre o ambiente nacional, é um problema atual na literatura brasileira, aponta Dantas (2014). Tanto em termos de cobertura midiática quanto de enfoques de pesquisa, o autor argumenta que a política nacional ganha destaque, na tentativa de se produzir conhecimentos mais gerais sobre o país. No entanto, muito se perde nessa abordagem, na medida em que se segue desconhecendo mais a fundo as realidades regionais e suas particularidades. Não se trata, porém, de ignorar a política nacional, mas sim de “aprimorarmos a capacidade de enxergarmos o local, visando à compreensão do todo e suas distinções” (Dantas, 2014, p. 6). Trata-se, pois, de aliar o local e o nacional – o que, em grande medida, acontece por meio da dinâmica partidário-eleitoral e suas conexões.

Sobre as atuações partidárias, o contexto local se revela como um *locus* central para o desenvolvimento de estratégias políticas. Carneiro e Almeida (2008) destacam a importância dos sistemas partidários em nível municipal, defendendo que há conexão entre os diferentes níveis de governos e o sistema de partidos – sobretudo a partir de suas bases municipais. As análises dos autores demonstram que essa coordenação feita pelos partidos e lideranças ocorre nos diferentes níveis e nas diversas competições eleitorais. Nesses processos, a criação e a manutenção da reputação partidária se tornam desafios centrais para as lideranças locais, que precisam controlar iniciativas individuais que possam gerar algum conflito com as posições programáticas da legenda. Trata-se, no limite, de articular os contextos municipais, com demandas locais específicas do

eleitorado, às disputas e interesses existentes nos níveis estadual e federal. Este desafio colocado aos partidos e lideranças pelo contexto local se resume da seguinte maneira:

O município é uma arena de disputa eleitoral e de decisões de governo com perfil, instrumentos e recursos específicos. Quando se trata de formar o governo municipal, as escolhas dos eleitores podem ser feitas considerando apenas suas consequências prováveis no âmbito local. Políticos podem traçar estratégias de disputa por votos sem se preocupar com o que ocorre nas outras esferas da Federação; os partidos, na busca de êxito em pleitos municipais, têm de adaptar objetivos de escopo mais amplo às peculiaridades da competição em cada município (Carneiro e Almeida, 2008, p. 407).

Ainda segundo Carneiro e Almeida (2008), este esforço de coordenação feito pelos partidos acontece na medida em que há articulação da competição por votos nas três esferas de governo. Diante disso, trabalharemos com os principais partidos que tem atuado no sistema político paulista, ao longo do tempo. A seguir, traçamos suas características fundamentais, no contexto do estado.

Kinzo (1993), no início dos anos 1990, já pontuava a dificuldade do Partido da Frente Liberal (PFL - sigla que foi substituída por DEM em 2007) em dispersar organizacionalmente pelo estado. Este processo foi dificultado pela forte presença de competidores em faixa ideológica semelhante – casos do malufismo, janismo, quercismo e do Partido Liberal (PL). O DEM é um partido com alta capacidade de organização, mas esta é anulada pelos dirigentes, que buscam nas comissões provisórias uma estratégia de ampliação da rede organizacional, relacionada ao controle direto das lideranças sobre as decisões internas (Guarnieri, 2011). O partido tem se mostrado como uma das principais forças políticas à direita no estado, principalmente junto à coalizão do governador (Sandes-Freitas, 2015). Já em termos de votações, Fernandes (2017b) demonstra que o DEM concentrado suas bases, nos últimos pleitos, em contextos mais específicos de municípios. Trata-se, por exemplo, de cidades menos urbanizadas, industrializadas e com baixo número de habitantes.

No estado de São Paulo, as bases sociais do PTB se localizam nas regiões de perfil predominantemente agrícola e distantes da capital. Além disso, o partido nunca teve bases fortemente constituídas no estado, nem no período 1945-1964 (Kinzo, 1993; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Um destaque obtido pelo partido após o regime militar foi a conquista da prefeitura da capital paulista, com a candidatura de Jânio Quadros, em 1985. Uma maneira que o PTB encontrou para se fazer presente na política

paulista foi compondo as coligações e as coalizões dos governos estaduais. Isso aconteceu tanto nas gestões do MDB (1987-1995) quanto do PSDB, desde 1995. Contudo, Sandes-Freitas (2015, p. 234) aponta que “mesmo participando oficialmente do governo [estadual] e compondo a base de apoio legislativa, o PTB era fortemente malufista na base municipal, justificando o apoio ao PDS e não o MDB”. Nesse sentido, o PTB tende a compor com forças políticas de diferentes origens partidárias, a depender do nível de disputa (nacional, estadual ou municipal) – ainda que, todas essas forças em geral, tendem a se localizar no campo ideológico da direita e centro-direita.

O PP nasceu como uma legenda grande, no início dos anos 1980, quando então tinha acabado de mudar sua nomenclatura de “ARENA” para “PDS” – sendo este último quem herdou o vínculo com o regime militar. Assim, no bojo dos processos de abertura democrática, uma instituição forte (o Estado autoritário) é a grande responsável por viabilizar o surgimento e a inserção do PDS no multipartidarismo. O partido já nasce com uma alta presença pelo território brasileiro, resultante dos esforços e das estratégias das lideranças arenistas de se fazer presente na maior parte do país (Kinzo, 1993). Em fins dos anos 1980, o PDS começou a declinar eleitoralmente, por conta de fatores como: o início da redemocratização, expondo o partido a um ambiente competitivo; a cisão do partido, que deu origem ao PFL; e a derrota de Paulo Maluf, sua principal liderança, no Colégio Eleitoral que visava à escolha indireta do primeiro presidente civil, desde 1964. Uma das explicações para o encolhimento que o partido foi sofrendo, portanto, é o afastamento do Estado – impedindo-o de controlar recursos importantes como verbas e cargos.

Como apontam Meneguello e Bizzarro Neto (2012), o malufismo se configurou como um dos eixos da política paulista entre 1986 e 1994, juntamente ao MDB e o PT – que de forma crescente, liderou a oposição à esquerda no estado. Nas eleições estaduais, atraía uma parte da direita (sobretudo aquela ligada ao PL, PFL e PDC) (Sandes-Freitas, 2015). Mais do que isso, como sintetiza Kinzo (1993), o malufismo foi o grande articulador do partido tanto a nível estadual quanto nacional. As principais bases sociais de Maluf e do PP se concentravam principalmente nos municípios menores e do interior, com baixo desenvolvimento socioeconômico. Já na capital paulista, a entrada principal do partido se dava nas periferias. Contudo, a perda de espaço de seu líder nas eleições, em grande medida decorrente de escândalos de corrupção e a ausência de novas

lideranças com projeção, fez com que o partido declinasse eleitoralmente nos municípios do estado (Fernandes, 2017b).

Detendo a maior rede organizacional não apenas no estado, mas no país (Sadek, 1986; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Fernandes, 2017c), o MDB se configurou como um partido central nas disputas eleitorais. Contribuiu bastante para isso a liderança de Orestes Quércia, que governou o estado de 1987 a 1991, e ampliou a presença do partido pelos municípios. O MDB se manteve no governo do estado durante os anos 1980 e início dos anos 1990, tornando-o uma peça fundamental do jogo político. Entretanto, a perda de espaço do quercismo, aliado à crescente força do PSDB nas disputas pelo governo estadual, deslocaram o MDB para as eleições municipais – onde conseguem eleger números significativos de prefeitos e vereadores. Segundo Fernandes (2017b), o MDB em São Paulo tem atraído mais votos nos municípios mais agrícolas e menos desenvolvidos, socioeconomicamente - colocando-o para disputar votos de outras legendas também tradicionais nessas regiões, como DEM, PP e PSDB.

Por fim, desde os anos 1990, PT e PSDB vem aumentando a penetração territorial nos municípios, configurando-os como os partidos mais organizados no território paulista (Fernandes, 2017c). A extensa e forte matriz organizativa do PT de São Paulo vem se consolidando desde os anos 1980 (Kinzo, 1993), o que está diretamente associada à origem do partido no estado (Meneguello, 1989). Suas votações se concentraram ao longo do tempo, de modo geral, nos municípios mais industrializados e com maior índice populacional (Meneguello, 1989; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012), tornando-o forte principalmente nas regiões metropolitanas.

Para o PSDB, a ampliação organizacional também se deve em grande medida a sua origem, projeto capitaneado por importantes lideranças paulistas nos anos 1980 (Roma, 2002). Outro fator que atua sobre esta maior inserção peessedebista é o fato de o partido governar o estado há duas décadas. A ocupação de espaços de poder e cargos, bem como o uso de outros recursos de autoridade formal – todos viabilizados pelas sucessivas vitórias eleitorais conquistadas – fortaleceram a sua organização (Kerbaux e Assumpção, 2012). Para Fernandes (2017b), isso fez com que as bases sociais do partido se deslocassem cada vez mais rumo ao interior do estado, onde possuem vitórias tanto nos municípios mais quanto nos menos desenvolvidos economicamente.

Por outro lado, as sucessivas crises recentes pelas quais vem passando o PT nos últimos anos, com maior destaque para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff

(2016) e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, resultaram na perda do apoio popular e da adesão ao partido. Em São Paulo, as consequências foram sentidas de forma notável, tanto por conta do enraizamento do partido no estado desde sua fundação (Meneguello, 1989), quanto pela capacidade que possuía de polarizar a disputa com o PSDB em nível estadual, entre 1994 e 2010 (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012; Sandes-Freitas, 2015). Nota-se que o partido sofreu perdas importantes nas disputas também em nível local.

Metodologia e análise dos resultados

A metodologia empregada se baseia no mapeamento da organização dos partidos no território, tendo o uso de geotecnologias como suporte para uma visão espacial dinâmica da dispersão dos partidos. Por meio dos mapas, analisa-se os partidos que lançam e elegem candidatos nos pleitos de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) e tamanho dos municípios. De acordo com o Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE) as faixas do IDHM dos municípios são classificadas como: (I) muito baixo de 0 até 0,499; (II) baixo de 0,500 até 0,599; (III) médio de 0,600 até 0,700; (IV) alto de 0,700 até 0,799 e (V) muito alto de 0,800 até 1 IDHM. Em relação ao tamanho dos municípios a os indicadores populacionais do IBGE são considerados: (I) município de pequeno porte de 20.001 até 50.000 habitantes; (II) município de médio porte de 50.001 até 100.000 habitantes; (III) município de grande porte de 100.001 até 900.000 habitantes; (IV) acima de 900.000 habitantes metrópole.

Ao observarmos o número de prefeituras obtidas pelos partidos, conseguimos apontar suas capacidades de projeção no plano municipal de acordo com as características dos municípios nos quais os partidos se organizam. Neste estudo admitimos que vencer prefeituras para o cargo de executivo municipal pode ser um indicador da situação político-eleitoral desses partidos nos municípios paulistas. Para analisar a historicidade das agremiações nos municípios apresentamos os mapas de lançamento e eleição de prefeitos pelos partidos políticos nos pleitos de 1996 a 2016.

Para o estado de São Paulo, os indicadores demográficos e sociais apontam uma série de mudanças estruturais nos municípios, como a melhoria da qualidade de vida dos municípios, o envelhecimento da população, o aumento na esperança de vida e a

urbanização (Brandão e Macedo, 2007). O estado de São Paulo tem atualmente uma taxa de urbanização de 95,4%, segundo o Censo Demográfico 2010, pesquisa realizada pelo IBGE. Brandão e Macedo (2007) destacam que a taxa de urbanização no estado em 1970 era de 80,3% passando para 86,7% em 1980. Já em 2000 a taxa subiu para 93,4%. Observa-se também, segundo os autores:

(...) maiores taxas de crescimento populacional nos municípios de médio porte, comparativamente à área metropolitana da capital, redefinindo a posição das cidades na hierarquia urbana, pelo aparecimento de novas funções geradoras de novas centralidades, o que torna a rede urbana paulista muito mais complexa e densa (Brandão e Macedo, 2007, p. 24).

Ao longo deste período, o desenho da rede urbana no estado de São Paulo conformou uma nova hierarquia espacial no estado, com importância crescente das aglomerações urbanas do interior. A Região Metropolitana de São Paulo não perdeu sua centralidade no processo de acumulação, mas outras cidades passaram a ter influência econômica e geográfica (Brandão e Macedo, 2007). Os censos demográficos trabalhados neste estudo destacam que houve expansão do número de cidades de médio e grande porte, acompanhadas por uma redução das cidades de pequeno porte. Além da mudança do perfil dos municípios em relação a população, as localidades apresentaram alteração do padrão da qualidade de vida, medido neste estudo pelo IDHM.

O IDHM brasileiro considera três dimensões relacionadas com a qualidade de vida dos municípios que são: a longevidade, a educação e a renda. De acordo com o Atlas Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) os indicadores de IDHM são os mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e de regiões metropolitanas brasileiras. O IDHM que inclui três componentes – IDHM longevidade, IDHM educação e IDHM renda – consegue traduzir as realidades socioeconômicas dos municípios nessas três importantes dimensões do desenvolvimento. Na tabela 2 podemos notar que no estado de São Paulo ao longo dos séculos XX e XXI houve uma mudança no padrão do IDHM, sendo que o Censo de 1990 caracterizava os municípios paulistas com IDHM muito baixo e baixo, já o Censo de 2000 destaca um crescimento do número de municípios com IDHM médio e alto, acompanhado com uma grande redução dos municípios que apresentavam IDHM muito baixo e baixo⁴. Outro

⁴ Em 1991, a maioria dos municípios tinha IDHM considerado muito baixo (528), com apenas 117 considerados de baixo IDHM e nenhum município na faixa de médio e alto IDHM. Já em 2000, são apenas 19 municípios tidos como IDHM muito baixo, e a grande maioria passa a se encaixar como IDHM

fator relevante é que no Censo de 2010 nenhum município figurava entre aqueles de IDHM muito baixo, a maioria dos municípios paulistas estão atualmente na faixa de médio IDHM.

Tabelas 1 e 2: Divisão dos municípios paulistas por porte populacional e faixas de IDHM (1990-2010)

	Censo 1990	Censo 2000	Censo 2010		Censo 1990	Censo 2000	Censo 2010
	Tamanho	Tamanho	Tamanho		IDHM	IDHM	IDHM
Pequeno	550	529	518	Muito Baixo	504	19	0
Médio	49	54	52	Baixo	117	544	62
Grande	45	59	72	Médio	0	81	559
Metrópole	1	3	3	Alto	0	1	24

Fonte: IBGE.

De acordo com os estudos da geografia eleitoral, a mudança do perfil dos municípios traz impacto para a configuração dos partidos políticos nas localidades, alterando o padrão de votação, a organização e o seu sucesso. Para Meneguello e Bizzarro Neto (2012) os partidos políticos no Estado de São Paulo se estabelecem em territórios específicos:

Nesse aspecto, encontramos que contextos caracterizados por municípios menos populosos, com maior taxa de analfabetismo e uma ocupação da PEA associada predominantemente à agricultura, beneficiam o desempenho de partidos conservadores, como o PDS/PP, PTB e PFL/DEM, além de acolher o voto governista. Também encontramos a manutenção parcial do perfil do voto petista observado no estado desde sua fundação, localizado em contextos mais urbanizados e industriais e com menor taxa de analfabetismo, uma tendência que se transforma com o "espalhamento" das preferências a partir de 2006 (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012, p.164).

Destaca-se que a partir da abertura política, especificamente após as eleições de 1986, os padrões de votação e lançamento de candidatos começaram apresentar mudanças com a formação de novas agremiações. A dinâmica sistema partidário paulista é caracterizada por ser altamente competitiva segundo Meneguello e Bizzarro (2012).

baixo (544 municípios), 81 municípios como IDHM médio e apenas 1 como IDHM alto. A partir de 2010, nenhum município era considerado com IDHM muito baixo, 62 como IDHM baixo e a maior parcela se encontra no IDHM médio (559 municípios), além de agora 24 municípios serem considerados IDHM alto. Apesar de termos dados de 6 anos diferentes de eleições, temos apenas 3 datas para dados do IDHM e portanto, as relações foram feitas por aproximações de datas.

Apesar disto, há um encorajamento das competições em torno de determinadas agremiações como o PT e o PSDB, ambos partidos se fortalecem principalmente a partir das eleições de 2000, como ilustram os gráficos de 2 a 6 – que trazem o sucesso dos partidos, de acordo com o porte dos municípios paulistas.

O gráfico 2 apresenta os dados de sucesso eleitoral dos seis partidos em estudo. Nota-se a dominância de partidos de direita e centro direita, liderados por PFL/DEM e PPB/PP, além do MDB ao centro, nas eleições de 1996. Fernandes (2017b) ressalta que esses partidos concentravam grande sucesso eleitoral em municípios de pequeno e médio porte, desenvolvendo a organização partidária e consequentemente conseguindo vitórias principalmente em municípios menos urbanizados e industrializados. Neste período também, por conta da força do malufismo na capital paulista (primeiro com a vitória de Paulo Maluf na prefeitura, em 1992, e depois com a de seu afilhado político, Celso Pitta, em 1996), o PDS/PP ganhou grande projeção nos municípios mais populosos do estado. Outra característica a ser notada é o sucesso de candidaturas do PSDB, que consegue se estabelecer em diferentes contextos socioeconômicos e de perfil populacional no estado.

As eleições municipais de 2000 destacam o crescimento do PSDB e PT nos grandes centros (municípios de grande porte e metrópole), seguindo o gráfico 3. O crescimento do sucesso eleitoral do PSDB e PT pode ser explicado, em certa medida pelo aumento do IDHM de todos os municípios no estado. Com a elevação da economia, população e qualidade de vida dos municípios paulistas, as agremiações mais à direita do espectro político encontraram maior dificuldade de eleger seus prefeitos (Fernandes, 2017b). Principalmente PFL/DEM e PPB/PP começam a perder espaço político nas eleições de 2000, em todos os perfis de municípios, concentrando seus votos somente naqueles de pequeno porte. Essa característica perdura nos pleitos de 2004, 2008, 2010 e 2012. Outro fator destacado por Fernandes (2017b) a respeito da redução das vitórias dos partidos de direita e centro a partir das eleições municipais de 2000 (ver gráfico 3) é o surgimento de novas legendas e o fortalecimento dos pequenos partidos ajudam a explicar este quadro de pulverização das votações.

A perda de espaço dos partidos de direita e centro como PFL/DEM e PP/PPB são acompanhados do fortalecimento do PSDB e PT em todos os estratos populacionais, e as eleições de 2008 e 2012 (ver gráficos 5 e 6) demonstram a capacidade desses partidos de sobrevivência eleitoral nos mais variados tipos de município e em um cenário altamente

fragmentado e competitivo, como é o caso do estado de São Paulo (Meneguello e Bizzarro, 2012).

O gráfico 7 marca um período de reacomodação desses seis partidos no território, a queda do sucesso eleitoral do PT marcado pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016) e os desdobramentos da Operação Lava-Jato, resultaram na perda do apoio popular e da adesão ao partido. Os dados do gráfico 7 destacam que as consequências foram notáveis com a grande redução do sucesso eleitoral do PT, em 2012 o partido conseguiu ter sucesso em 29,94% das cidades pequeno porte, 20,94% nas cidades de médio porte e 28,57% nas cidades de grande porte, em 2016 esse percentual reduz para 8,89% de sucesso nas cidades pequeno porte e 8,57% nas cidades de grande porte, não conseguindo eleger candidatos nas cidades de médio porte e nas metrópoles.

Nas eleições de 2016 pode-se notar o crescimento do sucesso eleitoral de partidos de direita e centro direita como é o caso do MDB e PFL/DEM. O PFL/DEM que apresentava sucesso eleitoral principalmente em municípios de pequeno porte, em 2012 o partido conseguiu ter sucesso em 40,40% das cidades pequeno porte, 31,63% nas cidades de médio porte e 22,22% nas cidades de grande porte, em 2016 esse percentual reduz para 31,63% de sucesso nas cidades pequeno porte, conseguindo eleger mais candidatos nos municípios de médio porte (73,43%) e grande porte (81,82%) como mostra o gráfico 7. O crescimento de partidos de centro e direita, como também a expressão eleitoral do PSDB em 2016 pode ser explicada pela queda da popularidade do PT que tinha como perfil eleitoral os grandes centros e metrópoles.

Sucesso dos partidos políticos em São Paulo, de acordo com a população (%)

Gráfico 2 - 1996

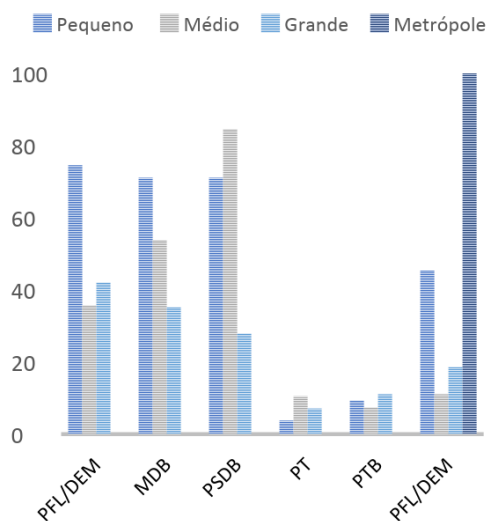


Gráfico 3 - 2000

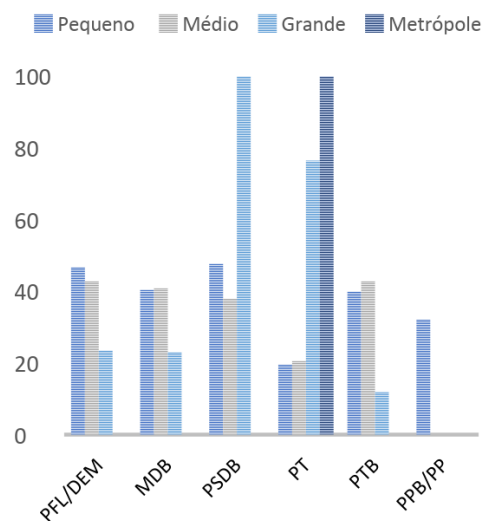


Gráfico 4 - 2004

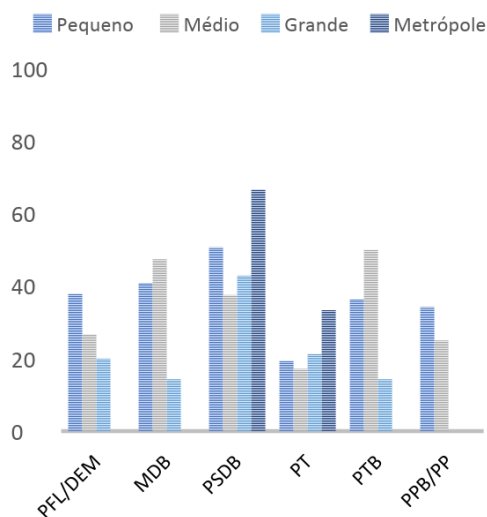


Gráfico 5 - 2008

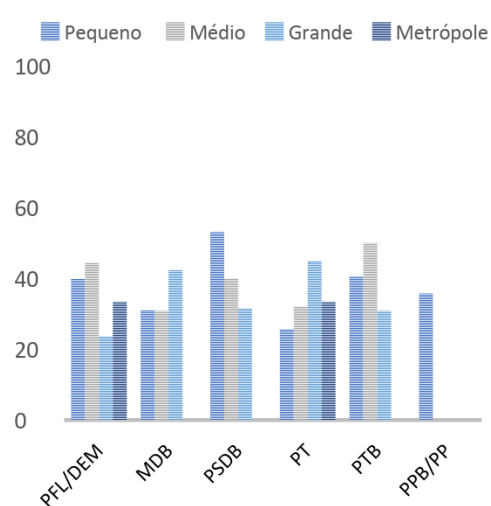


Gráfico 6 - 2012

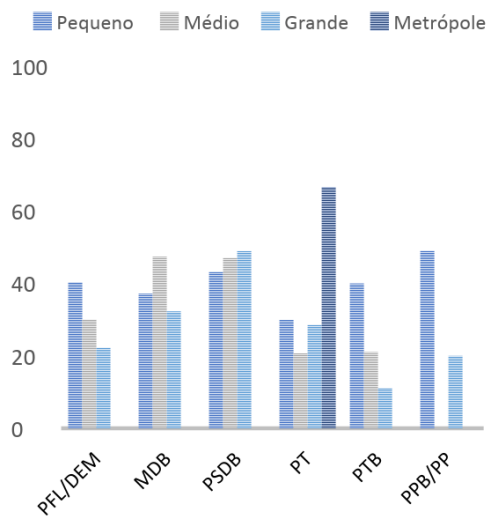
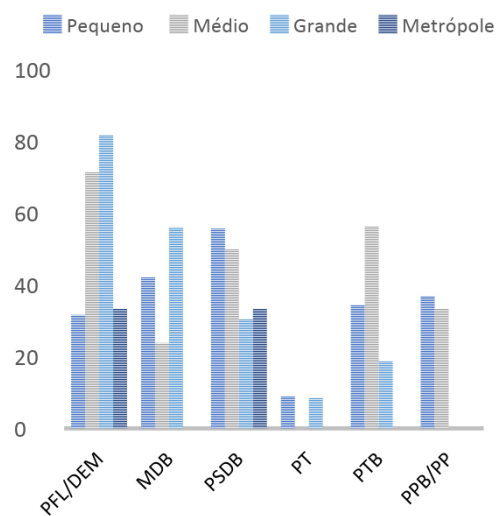


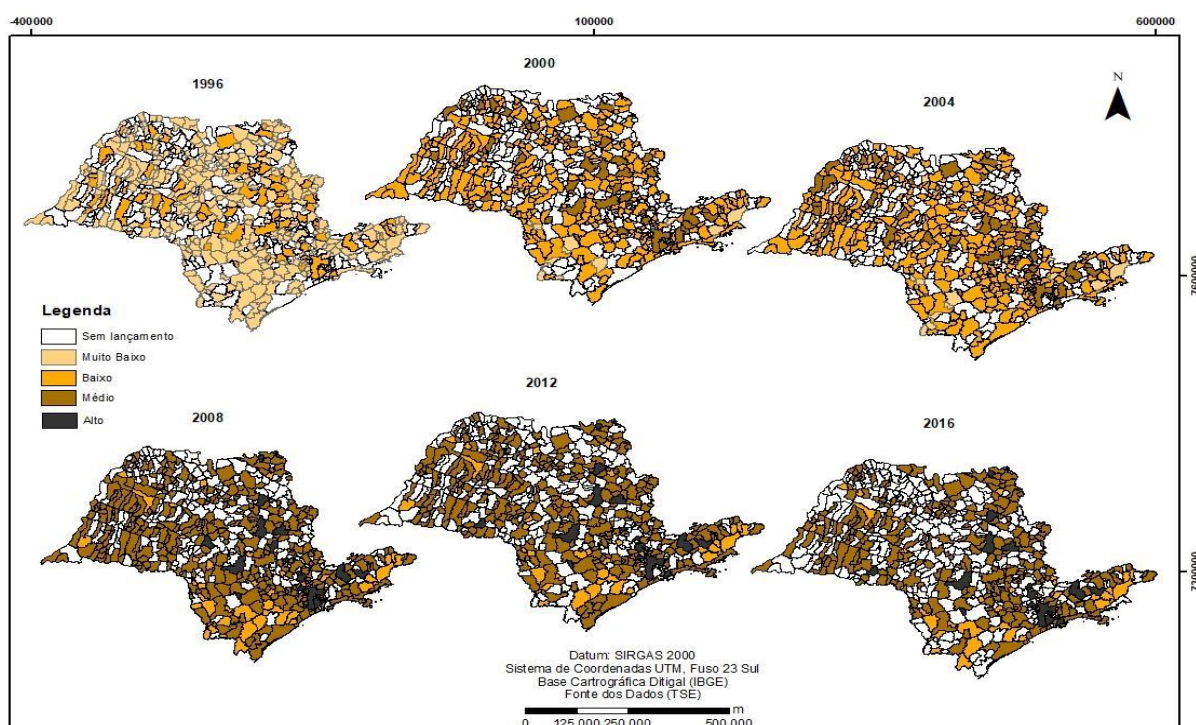
Gráfico 7 - 2016



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

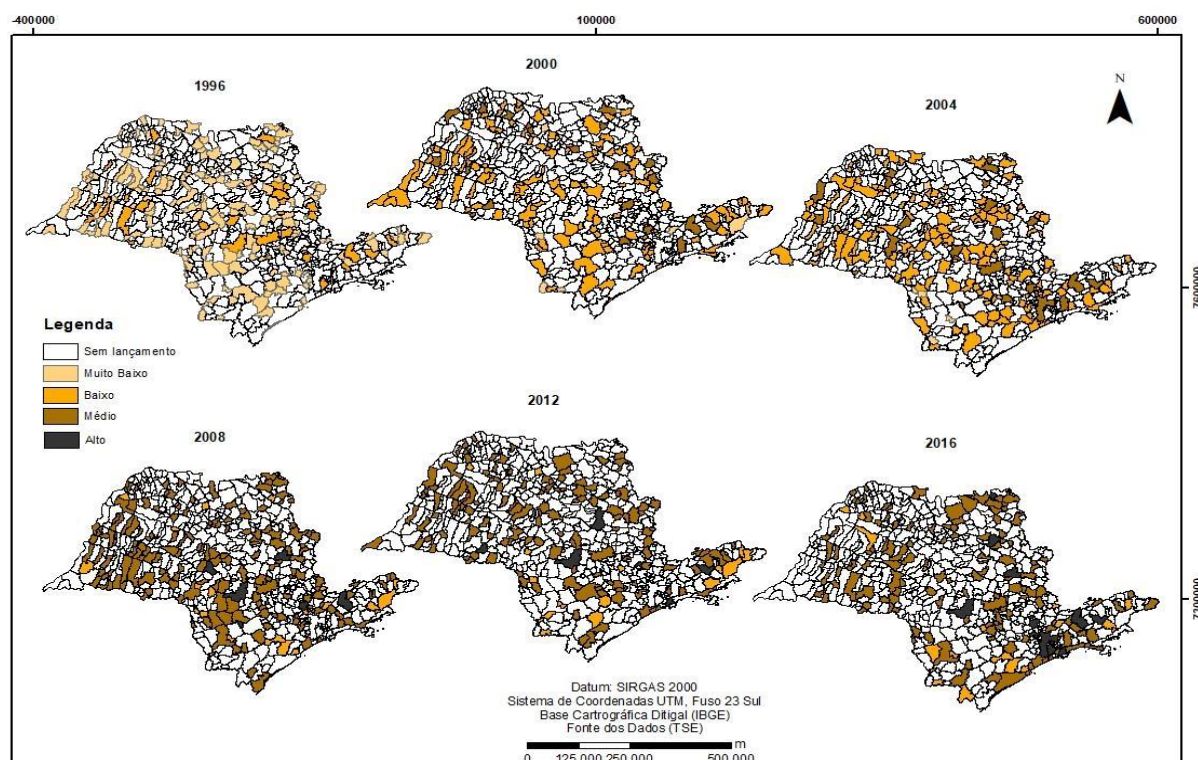
Os gráficos acima em conjunto com o mapa 1 apontam que o PSDB foi se tornando, a partir dos anos 1990, uma força política relevante no estado. Do ponto de vista organizacional, o partido é o que mais consegue lançar candidatos ao longo do tempo nas eleições municipais para o cargo de prefeito, lançando 395 candidatos ao executivo municipal em 2000, 403 candidatos em 2004, 418 candidatos em 2008 (dados descritivos no Anexo I). A respeito do lançamento das candidaturas de acordo com o perfil socioeconômico dos municípios (medidos neste estudo pelo IDHM), nota-se que o PSDB possui um perfil diversificado de lançamento de candidaturas cobrindo desde municípios com baixo IDHM até os municípios de médio e alto IDHM (ver mapa 1). Além de conseguir um espreadimento em relação ao lançamento, o PSDB também consegue eleger candidatos em todos os perfis de municípios (ver mapa 2), desde as eleições de 1996 a 2016 é também o partido que mais consegue eleger candidatos no estado.

Mapa 1: Prefeituras lançadas pelo PSDB em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Mapa 2: Prefeituras conquistadas pelo PSDB em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)

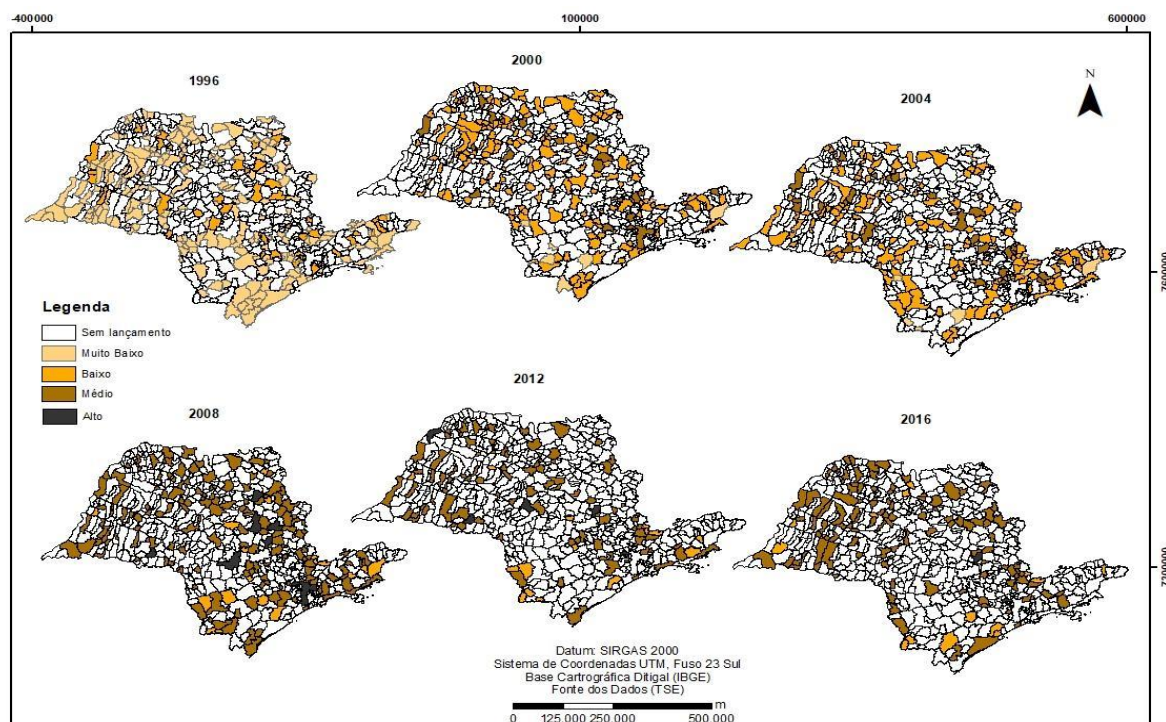


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

O mapa 3 e 4 apresentam ao longo dos anos a alteração da força do PFL/DEM no território paulista tanto em relação ao lançamento quanto a eleição de prefeitos pelo partido. Em 1996 o partido lançou 271 candidatos entre os municípios com IDHM muito baixo e baixo, tendo uma taxa de sucesso em 80% dos municípios em que lançaram candidatos. Nota-se, como destacado no mapa 3, que a maioria dos municípios tinha como característica o IDHM pouco desenvolvido, e nesse sentido, o PFL/DEM não está associado nas eleições de 1996 enquanto um partido que tem como base organizacional os municípios menos desenvolvidos. Já a partir das eleições de 2000 e 2004, podemos notar a grande presença do PFL/DEM em relação ao número de candidatos lançados nos municípios de muito baixo e baixo IDHM, com 181 e 180 candidatos lançados respectivamente. Mas, a presença nos municípios não trouxe os retornos esperados, e para esses anos a taxa de sucesso caiu de 84% em 2000 para 68% em 2004. Apesar de ter reduzido o quadro de prefeitos eleitos em 2004, nas eleições de 2008 o partido reestabelece como o foco o lançamento de candidatos em municípios com IDHM médio, lançando somente 20 candidaturas em municípios de IDHM baixo enquanto lançou 138 candidatos em municípios com IDHM médio, nas eleições de 2008 a taxa de sucesso do

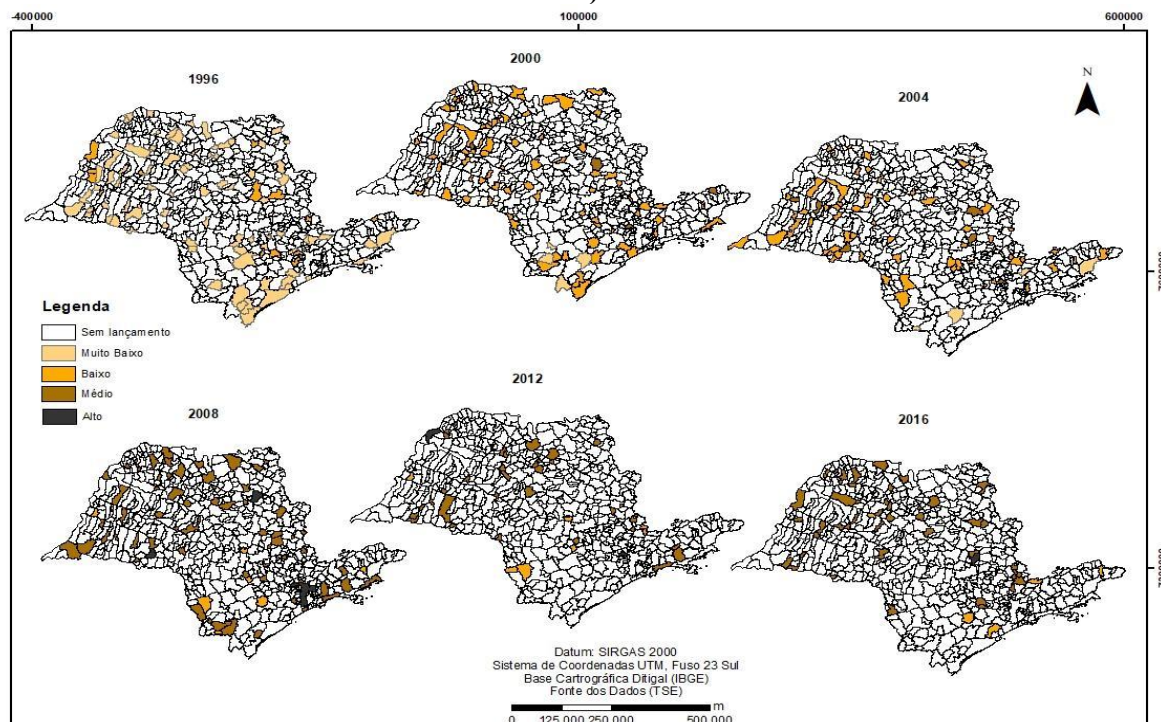
PFL/DEM foi de 44,9% nesses municípios. Em contraste com as eleições de 2008, as eleições de 2012 e 2014 demonstram uma queda do potencial organizacional deste partido no estado de São Paulo, e nos mapas podemos perceber um esvaziamento do número de municípios em que o partido conseguia atingir. No entanto, o PFL/DEM consegue nas eleições de 2016 ter um sucesso 94,7% do lançamento de suas candidaturas, elegendo prefeitos em municípios de IDHM médio e alto. Neste sentido, as eleições de 2016 sinalizam uma alteração do padrão de lançamento de candidaturas em municípios de baixo IDHM, e apesar de uma redução do lançamento de candidaturas, nota-se que o PFL/DEM tem apostado em conquistar os pleitos de municípios mais desenvolvidos, e, com isso de maior expressão eleitoral.

Mapa 3: Prefeituras lançadas pelo PFL/DEM em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

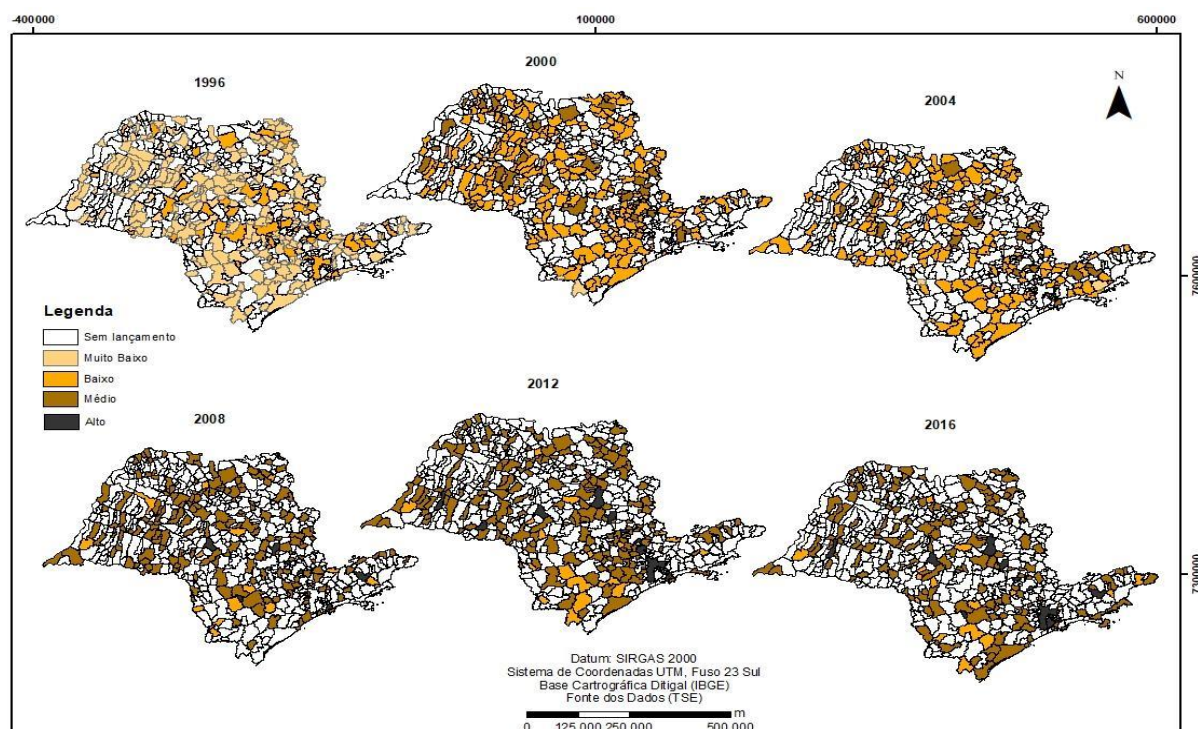
Mapa 4: Prefeituras conquistadas pelo PFL/DEM em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

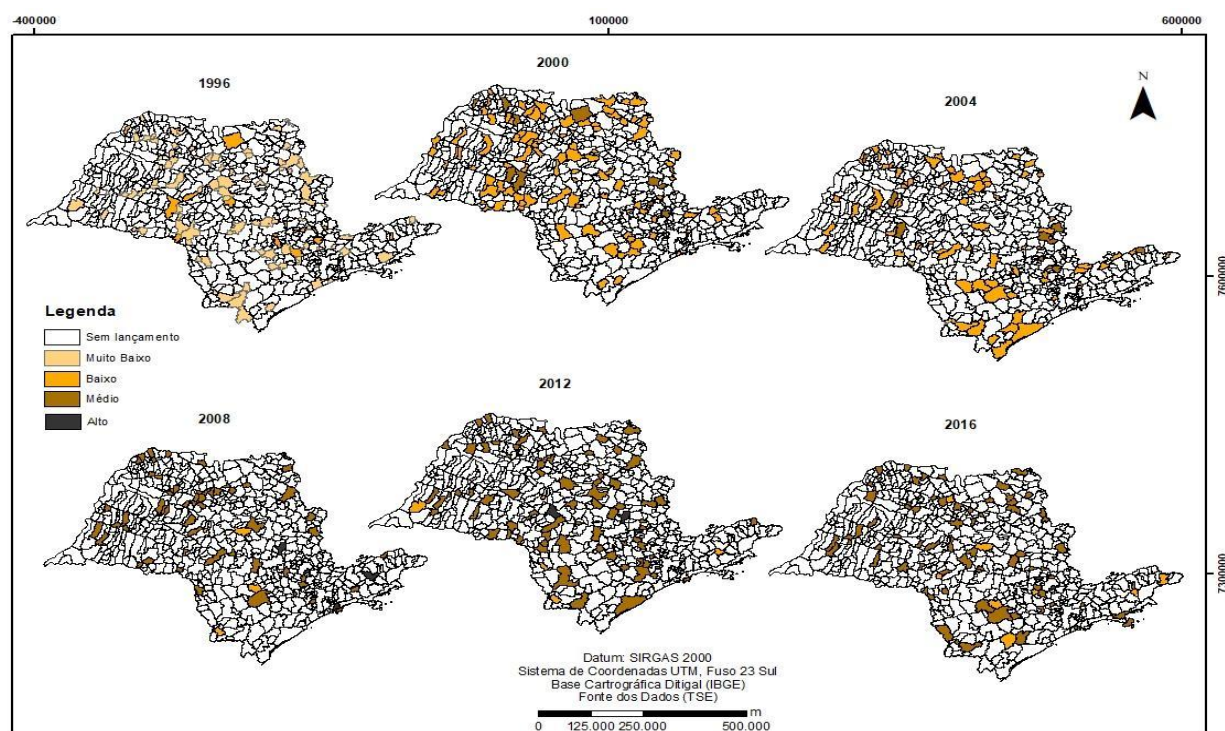
Os mapas 5 e 6 indicam a expressão do MDB no estado de São Paulo ao longo do tempo, sendo o segundo partido que mais consegue lançar e eleger candidatos nos municípios paulistas (Anexo I). Outra característica relevante do partido é conseguir lançar e eleger prefeitos em perfis variados de municípios. Por exemplo, nas eleições de 2000 e 2012, o MDB lançou e elegeu candidatos em todos os perfis de IDHM. Os mapas mostram o espreadimento da legenda pelo território, demonstrando assim forte enraizamento no estado - fator já apontado por Kinzo (1988), Bizzarro Neto (2013) e Sadek (1989). De acordo a literatura, a presença do MDB no estado é explicada pela trajetória de “interiorização” do partido no mesmo, e desde os anos 1980 o partido tem sobrevivência política conseguindo se organizar nos municípios apesar das sucessivas crises internas, sobretudo a partir do fim dos anos 1990.

Mapa 5: Prefeituras lançadas pelo MDB em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Mapa 6: Prefeituras conquistadas pelo MDB em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)

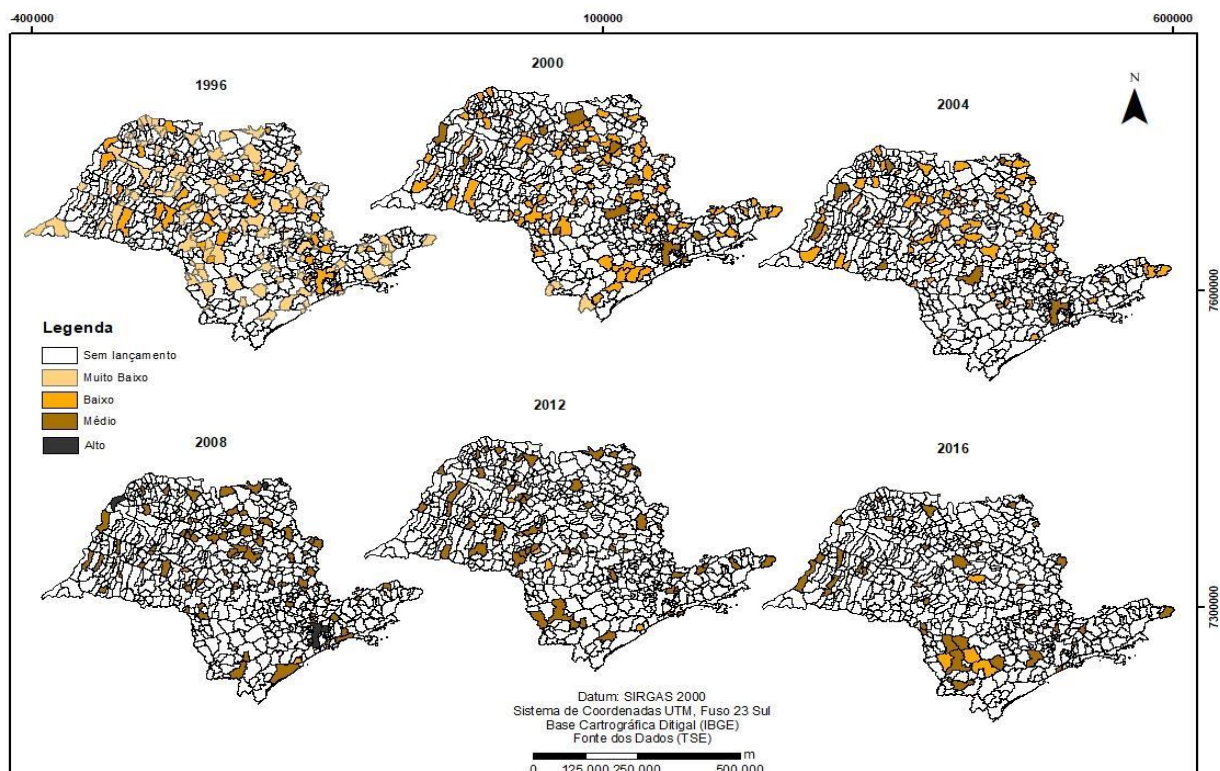


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Assim como o PFL/DEM, o PPB/PP lança candidatos em municípios de IDHM muito baixo e baixo (ver gráfico 7), e nas eleições de 1996 o partido lançou 54 candidatos em municípios de muito baixo e baixo IDHM, mantendo o perfil do lançamento para as eleições de 2000 e 2004. Apesar do alto número de candidatos lançados à prefeitura nas eleições de 2000 e 2004, o número de prefeitos eleitos pelo PPB/PP não é alto, com 31 eleitos em 2000 e 28 eleitos em 2004. Já nas eleições de 2008, 2012 e 2016 houve uma alteração da base de lançamento das candidaturas (ver mapa 7), com uma aposta em municípios de médio IDHM. No ano de 2008, houve o lançamento de candidaturas em 5 municípios com baixo IDHM e de 68 candidaturas com médio IDHM. Ao longo dos pleitos eleitorais houve uma redução expressiva do número de lançamento de candidatos pelo PPB/PP. Segundo Fernandes (2017b) tanto o PFL/DEM como o PPB/PP enfrentaram as crises pelas quais o bloco da direita passou desde o fins dos anos 1990, e no caso do PPB/PP, a perda de influência do malufismo como memória mobilizada nos pleitos eleitorais. Outro fator possível foi a manutenção do partido na oposição, polarizando as disputas para o governo estadual desde 1986, tendo se aproximado da base governista do PSDB apenas em momentos pontuais (como entre 1996 e 1998) (Sandes-Freitas, 2015).

O PT é um partido que cresceu constantemente o número de prefeitos lançados e eleitos no estado de São Paulo ao longo das eleições de 1996 a 2012, como podemos observar nos gráficos 9 e 10. O perfil dos municípios que o PT lança e elege candidatos é principalmente de IDHM médio, corroborando a literatura em relação ao perfil do partido de eleger candidatos em municípios mais desenvolvidos, pertencentes ou próximos aos grandes centros urbanos (Meneguello e Bizzarro Neto, 2012). Por outro lado, apesar do alto número de lançamento de candidaturas de 1996 a 2012 (mapa 9), o partido não consegue eleger prefeitos em muitos municípios (mapa 10). Mesmo assim, o PT consegue conquistar em 2012 municípios centrais em relação a organização urbana e econômica do estado como: a cidade de São Paulo, Mauá, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Osasco e Santo André. O vínculo do partido com os escândalos da Lava Jato e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff caracterizam provavelmente a queda da expressão do partido na Região Administrativa de São Paulo e no estado como um todo.

Mapa 7: Prefeituras lançadas pelo PP em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



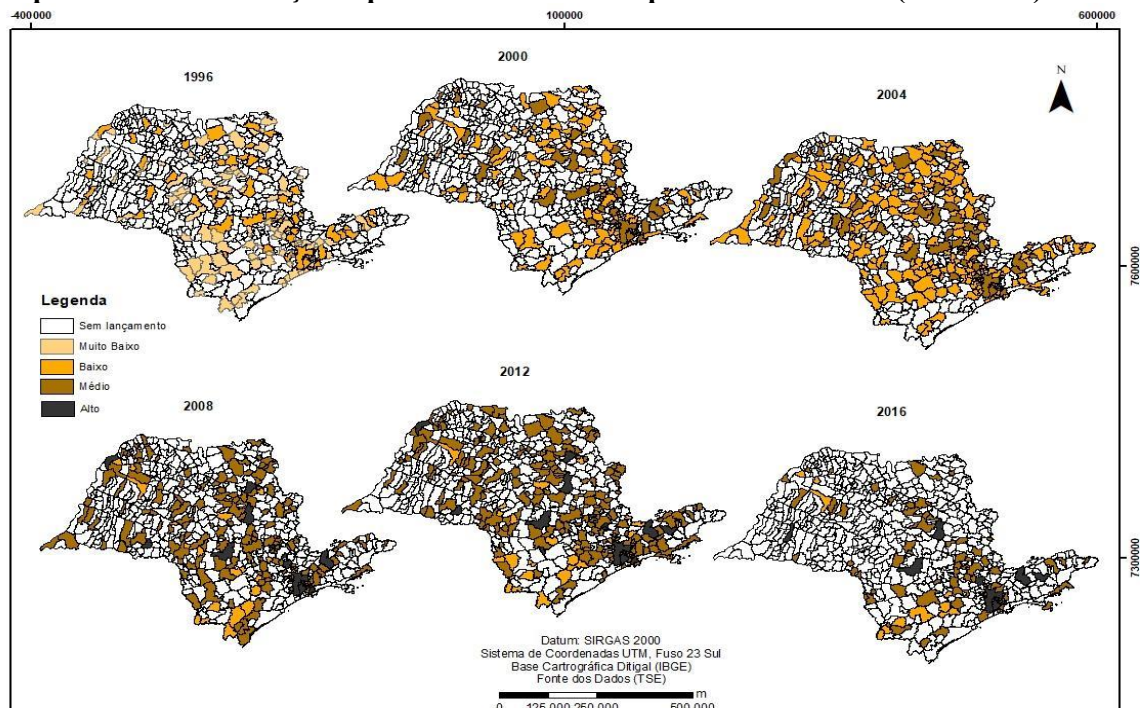
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Mapa 8: Prefeituras conquistadas pelo PP em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Mapa 9: Prefeituras lançadas pelo PT em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

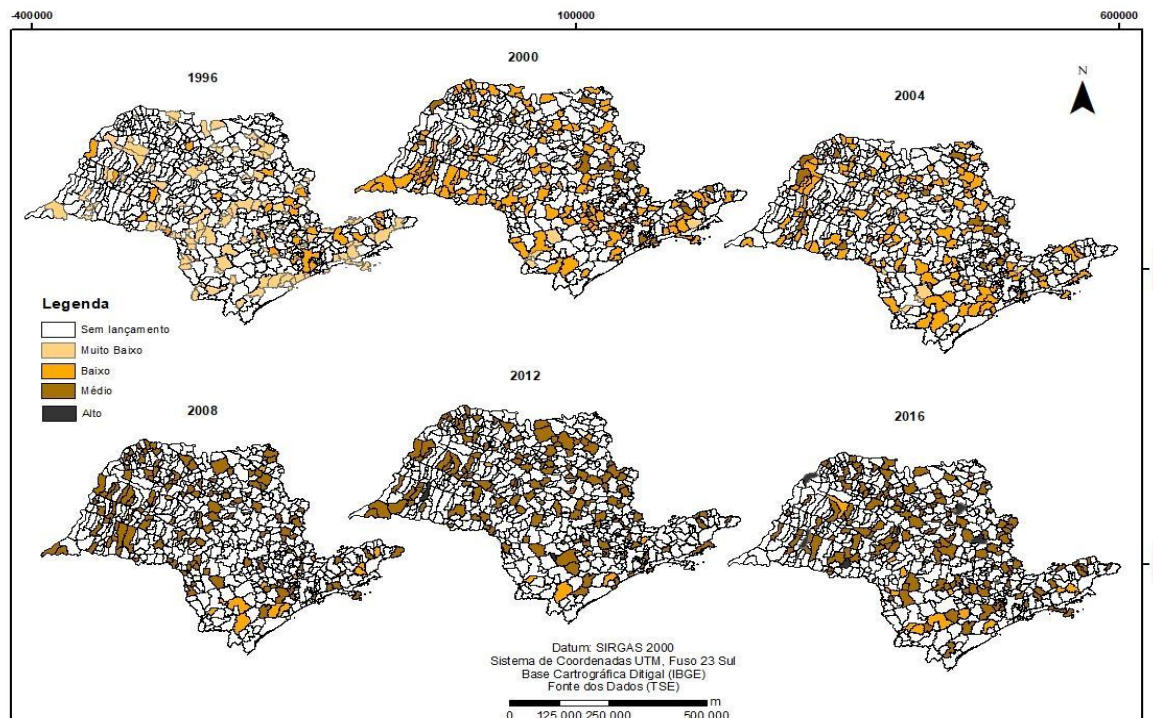
Mapa 10: Prefeituras conquistadas pelo PT em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

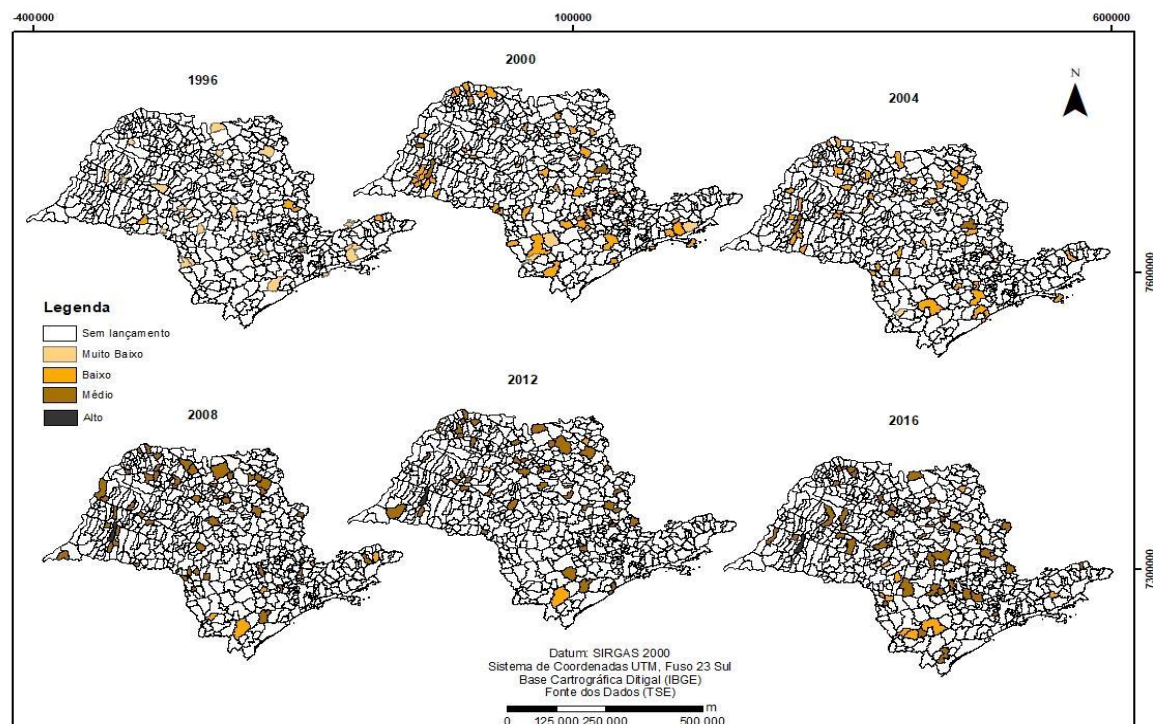
O PTB tem como força histórica no estado o apoio malufista, sendo essa a sua base municipal, segundo Ames (1994): o partido, em nível local nos demais estados brasileiros, também tendia a apoiar Paulo Maluf, nas eleições presidenciais. Nesse sentido, o PTB tende a compor com forças políticas de diferentes origens partidárias (PDS, PFL PSDB, MDB e PL), a depender do nível de disputa (nacional, estadual ou municipal) – ainda que, todas essas forças em geral, se localizem no campo ideológico da direita e centro direita. No estado de São Paulo, o padrão de lançamento e eleitos pelo partido se manteve uniforme geograficamente, entre 1996 e 2004. Em 1996, o partido lançou 156 candidatos em municípios de muito baixo e baixo IDHM, com o mesmo número em 2004. Já nas eleições de 2008, 2012 e 2016 o partido lançou mais candidatos em municípios de IDHM médio e alto. A estratégia do partido foi de tentar vencer eleições em municípios mais desenvolvidos. O número de prefeitos eleitos neste tipo de município cresceu das eleições de 2004 para as demais – de sete prefeitos, em 2004 para 51 em municípios de médio e alto IDHM, em 2012.

Mapa 11: Prefeituras lançadas pelo PTB em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Mapa 12: Prefeituras conquistadas pelo PTB em São Paulo por faixa de IDHM (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do TSE e IBGE.

Conclusão

As eleições municipais no estado de São Paulo vêm se caracterizando pela ampliação da competição eleitoral e pela maior capilaridade dos partidos pelo território. Isso tem causado um aumento da fragmentação partidária, tornando o cenário local mais complexo e desafiador para as agremiações - tanto na eleição majoritária quanto na proporcional.

Ao longo deste trabalho, demonstramos um indício da presença da coordenação partidária entre os municípios de pequeno e médio/grande porte, já que as agremiações que mais conquistam prefeituras nos municípios de médio/grande porte se repetem, em grande maioria, nos municípios de pequeno porte. Segundo Marengo (2013), o incremento na competição eleitoral tem contribuído para incentivar as disputas locais e minar as bases tradicionais de poder. Apresentamos dados que apontam para a diversidade dos partidos que elegem candidatos nos municípios paulistas. A presença de diversos partidos no território sinaliza a possível redução dos personalismos locais, pois aponta a presença de agremiações opositoras com potencial de vencer eleições, podendo assim, desafiar a tradição política de grupos locais (Vasquez, 2016).

Tal presença tem se dado em perfis municipais distintos não apenas do ponto de vista do porte populacional, mas também socioeconômico. No entanto, aqui cabe uma observação importante: algumas tendências e padrões podem ser observados, indicando que os partidos possuem bases sociais estabelecidas, em alguma medida. PFL/DEM e PPB/PP, por exemplo, se destacam nos municípios de menor IDHM - ainda que o PFL/DEM tenha crescido em cidades com índices mais elevados. Fernandes (2017b) mostra que ambos os partidos tem passado por diversas crises políticas no estado, como reflexos da perda de espaço nos governos nacionais e estaduais, além do enfraquecimento de fenômenos como o malufismo (no caso do PPB/PP).

Já PT, PSDB e MDB são os partidos mais bem estabelecidos no estado. A organização dos partidos no território paulista dialoga com a força dessas agremiações no plano nacional sendo partidos que conseguem penetrar em segmentos distintos demonstrados neste estudo com o IDHM. PSDB e MDB são mais claros nesse sentido, visto que tanto no lançamento de candidatos quanto nas vitórias eles se mantêm presentes tanto em municípios mais desenvolvidos quanto naqueles com menor desenvolvimento socioeconômico. O PT, por sua vez, predomina nos municípios com maior índice populacional e IDHM, refletindo as bases originais do partido, quando de seu surgimento. Porém, após o pleito de 2016, a correlação de forças entre esses três partidos se alterou, tendo em vista a grave crise nacional que o PT protagonizou desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Este fator, associado à periódica ampliação de PSDB e MDB pelos municípios paulistas, fez com que o PT diminuísse drasticamente sua presença nas prefeituras.

O caso do PTB gera mais controvérsias, devido ao crescimento nas vitórias e no lançamento de candidaturas. Alguns autores apontavam para a baixa presença organizacional do partido (Kinzo, 1993; Meneguello e Bizzarro Neto, 2012), o que torna os dados aqui encontrados um ponto de discussão e aprofundamento acerca de suas implicações para a dinâmica interna do partido.

De modo geral, o que se observou na dinâmica das eleições paulistas foi o crescimento das demais legendas, dentro do cômputo total dos candidatos lançados e das vitórias obtidas. A literatura vem apontando o crescimento da oferta e da fragmentação partidárias no Brasil desde meados dos anos 2000 (Fleischer, 2007; Ferreira, Batista e Stabile, 2008; Lavareda et. al., 2016; Krause et. al., 2016). Os novos e os pequenos partidos vêm conquistando cada vez mais espaço, contribuindo para a fragmentação do

sistema e o aumento da competição eleitoral. De acordo com Krause et. al. (2016, p. 82), uma variável explicativa importante para o aumento do poder desses partidos é a existência de diversos incentivos para a criação de partidos no Brasil – como a organização em federação, os muitos cargos elegíveis em disputa e o custeio do partido pelo Estado, via fundo partidário. Nesse sentido, o cenário que vem se desenhando em São Paulo é bastante complexo, demonstrando que as eleições em nível local são sim competitivas, inserindo diversos desafios de organização e representação aos partidos.

Referências bibliográficas:

- AMES, B. The reverse coattails effect: Local party organization in the 1989 Brazilian presidential election. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, 1994.
- AVELAR, L.; WALTER, M. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 96-122, 2008.
- BIZZARRO NETO, F. A.. **PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994- 2010)**. Campinas, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 2013.
- BRASILEIRO, A.M. **O município como sistema político**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.
- BRAGA, M. S. S.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. Organización, Território e Sistema Partidário. **América Latina hoy**, Universidade de Salamanca, Salamanca, v.62, p. 15-45, 2012.
- BRANDÃO, C. A; MACEDO, F. C. Demografia e Urbanização. In: CANO, W. et al. **Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. São Paulo: Editora Fapesp, 2007.
- CARAMANI, D. The End of Silent Elections the Birth of Electoral Competition, 1832-1915. **Party Politics**, v. 9, n. 4, p. 411–443, 2003.
- CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T.. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **DADOS**, vol. 51, n. 2, pp. 403-432, 2008.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, pp. 152-166, 1996.
- COX, G. W. **Making Votes Count. Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- DANTAS, H. Prefácio: O desafio de compreender a política municipal. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. M. (orgs). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.
- ESRI. **ArcGIS 9.3 Manual**. Redlans: ESRI, 2008.
- FERNANDES, J. L. Lugar e contexto: alguns apontamentos sobre a política local no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, 2017.

_____. **Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2017.

_____. Organização partidária nos municípios paulistas (1999-2015). **Anais da XVI Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP**. Araraquara-SP, 25 a 29 de Setembro, 2017.

KERBAUY, M. T. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. Araraquara: FCL Laboratório Editorial – Unesp, 2000.

_____.; ASSUMPÇÃO, R. Análisis Organizacional del Partido de la Democracia Social Brasileña en el Estado de San Pablo. **América Latina Hoy**, 62: 79-101, 2012.

KINZO, M. D. Radiografia do quadro partidário brasileiro. **Pesquisas**, nº 1. São Paulo: Konrad-Adenauer, 1993.

_____. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (org.). **Voto de Desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: IDESP, Vértice, 1988.

LOYOLA, C. B; BRASILEIRO, A. M. **O prefeito brasileiro: características e percepções**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro, 1975.

MARENCO, A. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos municipais brasileiros. **Opinião Pública**, v.19, n.1, p. 1-20, 2013.

MENEGUELLO, R. **PT: A formação de um partido (1979-1982)**. 1989. RJ: Paz & Terra.

MENEGUELLO, R.; BIZZARRO NETO, F. Contexto e competição na política paulista. **Dados**, v.55, n. 1, p. 119-171, 2012.

ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. M. Poder local e representação política nos municípios brasileiros. In: **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros/ Rocha, Kerbaury (Org.)**, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

SADEK, M. T. A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo. In: **Eleições 1986: História Eleitoral do Brasil**. SADEK, M.T. (Org.), São Paulo: IDESP/Vértice, 1989.

SANDES-FREITAS, V. E. **Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo**. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

TEIXEIRA, M. A. O jogo político nos municípios e as eleições. In: **Os municípios e as eleições de 2000**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

TROUNSTINE, J. All Politics Is Local: The Reemergence of the Study of City Politics. **Perspectives**, vol. 7, n. 3, 2009.

VASQUEZ, V. L. **Ao Vencedor a Prefeitura: Competição em Eleições Municipais (1996-2012)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH: Unicamp, Campinas, 2016.

ANEXO I: Número de candidatos lançados e eleitos, por partido e porte de município no estado de São Paulo (1996 – 2016)

Lançados 1996								Eleitos 1996							
	Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PPB		Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP
Pequeno	550	122	135	270	238	363	97	Pequeno	550	91	96	192	9	34	44
Médio	49	14	13	26	19	40	36	Médio	49	5	7	22	2	3	4
Grande	45	19	17	25	14	36	32	Grande	45	8	6	7	1	4	6
Metrópole	1	1	1	1	0	1	1	Metrópole	1	0	0	0	0	0	1

Lançados 2000								Eleitos 2000							
Cidade 00	Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP		Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP
Pequeno	529	169	237	314	82	150	103	Pequeno	529	79	96	150	16	60	33
Médio	54	14	22	29	29	14	3	Médio	54	6	9	11	6	6	0
Grande	59	17	26	16	17	50	0	Grande	59	4	6	17	13	6	1
Metrópole	3	2	1	2	3	1	2	Metrópole	3	0	0	0	3	0	0

Lançados 2004								Eleitos 2004							
	Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PPB		Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP
Pequeno	529	174	186	318	211	146	79	Pequeno	529	66	76	161	41	53	27
Médio	54	15	19	40	35	16	4	Médio	54	4	9	15	6	8	1
Grande	59	20	21	42	47	14	4	Grande	59	4	3	18	10	2	0
Metrópole	3	1	1	3	3	1	1	Metrópole	3	0	0	2	1	0	0

Lançamento 2008								Eleitos 2008							
	Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PPB		Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP
Pequeno	522	153	171	326	144	133	70	Pequeno	522	61	53	173	37	54	25
Médio	48	18	13	35	25	8	7	Médio	48	8	4	14	8	4	0
Grande	72	17	26	54	40	13	4	Grande	72	4	11	17	18	4	0
Metrópole	3	2	1	3	2	0	1	Metrópole	3	1	0	0	1	0	0

Lançamento 2012								Eleitos 2012							
	Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PPB		Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP
Pequeno	518	99	175	305	167	120	55	Pequeno	518	40	65	132	50	48	27
Médio	52	10	19	34	29	19	5	Médio	52	3	9	16	6	4	0
Grande	72	9	31	47	56	18	5	Grande	72	2	10	23	16	2	1
Metrópole	3	1	1	2	3	0	1	Metrópole	3	0	0	0	2	0	0

Eleitos 2016								Lançamento 2016							
		PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PP		Tamanho	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PT	PTB	PPB
Pequeno	518	37	64	143	4	49	14	Pequeno	518	117	152	257	45	142	38
Médio	52	5	5	17		9	1	Médio	52	7	21	34	13	16	3
Grande	72	9	14	14	3	3	0	Grande	72	11	25	46	35	16	4
Metrópole	3	1	0	0	0	0	0	Metrópole	3	1	1	2	3	1	0